

O Diretor Presidente da Previ, Gueitiro Genso, tomou posse nesta segunda, 4 de junho, para mais um mandato à frente da maior entidade fechada do país. Além dele, tomaram posse novos diretores e conselheiros eleitos pelos participantes e indicados pela patrocinadora para o mandato que vai até 2022. A única dirigente eleita que não pôde tomar posse foi Paula Goto, que não foi habilitada pela Previc como Administradora Estatutária Tecnicamente Qualificada (AETQ) para assumir o cargo de Diretora de Planejamento da entidade ([clique aqui](#) para ler posicionamento da Previ). Com isso, o mandato do atual Diretor Marcus Martins Madureira foi prorrogado, enquanto a dirigente não é habilitada.

O Diretor de Administração, Márcio Souza, eleito pelos participantes, tomou posse normalmente, junto aos demais conselheiros deliberativos, fiscais e membros dos conselhos do Plano 1 e Previ Futuro. “Um dos principais pilares da governança da Previ é a gestão paritária, que está prevista na legislação. Mas aqui na Previ procuramos ir além do que a lei prevê. A lei não determina que os diretores sejam escolhidos por participantes, mas nós já temos há muito tempo no estatuto que metade dos diretores é escolhida pelos associados”, disse Gueitiro Genso, em entrevista ao Acontece.

Em seu primeiro mandato à frente da entidade, desde 2015, o Diretor Presidente lembra que enfrentou uma conjuntura econômica muito complicada para o país, mas que foi possível superar as adversidades através de um trabalho em equipe e de fortalecimento da governança. “A Previ passou por esse período de turbulência sem necessidade de equacionar déficits com contribuições adicionais”, explicou.

Planejamento estratégico - Um dos pontos centrais foi a construção e execução do planejamento estratégico, com a orientação de gerar maior liquidez para a carteira. No período, a Previ reestruturou sua participação no controle da Vale e também procurou aprimorar a política de investimentos, com a criação do rating de integridade.

“Além da análise tradicional de risco, retorno e liquidez, também passamos a observar a integridade da companhia que estamos investindo, seja através de título de renda fixa ou ação. O rating avalia quanto a companhia está seguindo critérios de governança”, ressaltou Gueitiro.

Desafios - Para o próximo período, o principal desafio para o Plano 1, de benefício definido (BD) é a taxa de juros baixa. “É um cenário desafiador para um plano de benefícios que está em fase de liquidez, com a maioria dos seus associados já usufruindo a aposentadoria. É necessário preparar o fundo para correr menos riscos e ter mais liquidez, o que significa aumentar a taxa de alocação em renda fixa e diminuir a meta atuarial”, disse Gueitiro. Ele revela que um dos projetos da Previ é reduzir a meta atuarial deste plano. “Se eu tenho hoje um estoque de recursos maior do que preciso para honrar meus compromissos ao longo dos anos, esse dinheiro pode render de forma mais segura e perene em um patamar menor, em linha com a oferta de investimentos de menor risco no mercado”, disse.

Já no Previ Futuro, que é um plano de contribuição variável (CD), o principal desafio é a educação previdenciária. “Como quem determina a alocação dos investimentos é o associado, precisamos levar informações importantes para esses participantes, para que eles façam conscientemente as suas escolhas”, comentou Gueitiro.

Reversão do Déficit - O modelo de governança fortalecido, assim como as políticas de investimentos criteriosas, estão entre os fatores que proporcionaram à Previ resiliência diante do conturbado cenário político-econômico que o país vem enfrentando desde 2015. A entidade chegou em 2018 no equilíbrio técnico, depois de resultados positivos nos exercícios de 2016 e 2017. “Sabemos que nossa governança, além de nos proteger, serve de bússola para o futuro que queremos construir, sempre com foco na nossa missão, de pagar benefícios a todos nós,

associados, de forma eficiente, segura e sustentável”, disse o Diretor Presidente.

Após dois anos seguidos de recessão, a taxa de crescimento da economia do país voltou a apresentar números favoráveis em 2017, que refletiram no resultado dos planos de benefícios. O Plano 1 terminou o ano de 2017 com uma rentabilidade de 14,85% e um resultado positivo de R\$ 9,6 bilhões. Em 2018 está com um superávit de R\$ 4,71 bilhões. A rentabilidade de janeiro até abril foi de 5,38% do Plano 1, mais do que o dobro da meta atuarial no mesmo período, que foi de 2,34%.

Fonte: Acontece Abrapp, em 05.06.2018.